

Brasil retoma a negociação na sexta-feira

País quer um acerto de contas para evitar moratória a partir do dia 15

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — O governo brasileiro retoma nesta sexta-feira, em Nova York, os entendimentos com os bancos credores na busca de um acerto de contas que evite a moratória a partir do dia 15, data em que o País terá de pagar US\$ 1,65 bilhão de juros.

Essas negociações, segundo revelou ontem o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, serão iniciadas sem que se tenha, até agora, uma indicação de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) venha a assinar um acordo com o Brasil.

Sérgio Amaral e o diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, encarregados de negociar com o comitê de bancos credores, levarão algumas idéias, que serão discutidas. Amaral não quis revelar quais, mas todas elas prevêem alguma forma de alívio no pagamento dos juros deste segundo semestre, seja pelo refinanciamento, seja pela dilatação do prazo de pagamento. Além dos US\$ 1,65 bilhão que vencem no dia 15, o Brasil terá de pagar US\$ 650 milhões este mês, totalizando US\$ 2,3 bilhões. Até o fim do ano, os compromissos do País ultrapassam US\$ 4 bilhões.

O acordo com o FMI alivaria as necessidades de dinheiro para fechar o balanço de pagamentos. Além de desembolsar cerca de US\$ 300 milhões de uma parcela inicialmente prevista de US\$ 600 milhões do próprio fundo, o acordo liberaria empréstimos do governo japonês, do Banco Mundial, e a última parcela, de US\$ 600 milhões, dos bancos privados, prevista no acordo assinado no ano passado.

Mantendo o princípio de não comprometer o nível estratégico das reservas cambiais, Amaral admitiu que o Brasil poderá até pagar parte dos juros de US\$ 2,3 bilhões que vencem este mês. Seria uma forma de manifestar a disposição do país de, mesmo não honrando integralmente seus compromissos, manter normais suas relações com a comunidade financeira internacional. "Queremos que o próximo governo assuma o país em condições de estabilidade, mas também não queremos firmar compromissos que serão cumpridos pelo futuro presidente", afirmou Amaral.

Há poucas chances de o encontro de sexta-feira ser conclusivo, porque o acerto dos números para o fechamento do balanço de pagamentos depende também da parcela com que as chamadas instituições oficiais — FMI, Bird, governo japonês — contribuirão. E isso está condicionado ao acordo com o fundo.

Mais informações sobre crédito japones na página 10